

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS, ESTADO DO PARANÁ PARA O ANUÉNIU DE 2023.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2023, no Plenário da Câmara Municipal de Nova Tebas, às nove horas foi dada a abertura da Sessão Solene de Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Tebas para o anuênio de 2023, foi convidado para composição do Plenário os Senhores Vereadores, presentes ao final assinados. E as autoridades para compor a Mesa. Ato contínuo solicitou ao Vereador Sidinei que fizesse a leitura de um texto Bíblico. Em seguida o Senhor Presidente da Mesa, Vereador Jaime Fronza que presidiu a sessão em virtude de ser o Vereador mais idoso, como presidiu o Regimento Interno. Convocou os Vereadores: OCALIL VIEIRA, SIDINEI SCHON, AYSLAN PORFÍRIO DOS SANTOS E HOANDERSON MARTINS BERGER, para tomarem Posse, como Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, respectivamente. Após terem assinado o termo de posse foram declarados pelo Presidente da Sessão empossados. Na sequência o presidente pediu ao Vereador Ayslan Porfírio dos Santos para que fizesse a leitura do Termo de Posse. Ato contínuo o Senhor Presidente convocou o Vereador Ocalil Vieira já empossado como Presidente para tomar seu lugar na Mesa como Presidente e conduzir os trabalhos da Sessão. Fizeram uso da palavra os Vereadores: David Matias, Jaime Fronza, Ayslan Porfírio dos Santos, Sidinei Schon e Hoanderson Martins Berger. Agradeceram a todos pela presença assim como as pessoas que acompanhavam através do Facebook. Desejaram um ótimo 2023 a todos e parabenizaram o novo Presidente desejando boa sorte em seu mandato. O Presidente concedeu a palavra o Vice-Prefeito Pedro Lourenço que desejou muito êxito a nova mesa diretora, que o trabalho continue para o bem da população de Nova Tebas. Enfatizou as palavras do Papa Bento em que precisamos trabalhar com o amor e justiça, essas duas coisas precisam caminhar juntas com a administração. Disse que como servidores públicos precisamos nos doar muito pelo município. E desejou que 2023 seja um ano de muitas conquistas e realizações. Na sequência o Prefeito Clodoaldo Fernandes dos Santos fez uso da palavra, desejou um bom ano de mandato ao novo Presidente. Destacou o bom trabalho dos Vereadores pelo município enfatizando sua relevância para a administração. Falou que vivem em harmonia, mesmo com discordâncias e que respeitam as diferenças. Disse que o desafio esse ano é grande devido a transição do Governo Federal, pois o município precisa se reorganizar e compreender esse novo Governo. Desejou um 2023 de muito trabalho e realizações. Finalizando o Presidente fez uso da palavra, cumprimentou a todos e agradeceu pelo apoio. Disse que tem orgulho em fazer parte desta administração, que Nova Tebas já passou por muitos momentos difíceis no passado. Agradeceu o apoio de sua família. Falou sobre a parceria entre Legislativo e o Executivo. Agradeceu os Vereadores que compõem a nova Mesa Diretora. Falou ao Prefeito que pode sempre contar com o apoio da Câmara Municipal. Desejou um feliz e abençoado ano novo a todos. Pediu as bênçãos de Deus para o ano que se inicia para que os trabalhos na Câmara Municipal sejam conduzidos bem, finalizando o Presidente agradeceu a presença de

Handerson Martins Berger
David Matias
Jaime Fronza
Ayslan Porfírio dos Santos
Sidinei Schon
Ocalil Vieira
Pedro Lourenço

todos desejando um Feliz Ano Novo a todos, não tendo mais nada a tratar declarou encerrada a sessão.

Lavrou-se a Presente Ata da Sessão Solene que vai assinada pelos empossados e demais Presentes.

Nova Tebas, 1º de Janeiro de 2023.

OCALIL VIEIRA
SIDINEI SCHON
AYSLAN PORFÍRIO DOS SANTOS
HOANDERSON MARTINS BERGER

Handerson Martins Berger
David Matias
Jaime Fronza
Ayslan Porfírio dos Santos
Sidinei Schon
Ocalil Vieira
Pedro Lourenço

ATA DE POSSE DIRETORIA BIÊNIO 2023/2024

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às nove horas da manhã em primeira convocação, atendendo deliberado na assembleia de eleição o senhor CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, Presidente do CIS Ivaiporã, para o cargo de Presidente do Conselho Inter municipal de Saúde da 22ª Regional de Saúde de Ivaiporã, situado à Rua Diva Proença, 500 na cidade de Ivaiporã - PR, para dar posse a diretoria eleita, sendo: RENAN MENCK ROMANICHEN, Prefeito do Município de Cândido de Abreu, para o cargo de Presidente; JOSE ROBERTO FURLAN, Prefeito do Município de Jardim Alegre, para o cargo de Vice-Presidente; REINALDO GROLA, Prefeito do Município de Lunardelli, para o cargo de 1º Vice-Presidente; e CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Tebas, para o cargo de Diretor Financeiro - Tesoureiro, e a comissão eleitoral, composta pelos servidores Presidente: NAÍARA TALITTA DAUFEMBOCH, Vice-Presidente: RANIELE COSTA FURLAN GODDI, Secretária: TAYNARA THAIS GONÇALVES SOARES, para dar posse a nova diretoria do consórcio, assim composta: RENAN MENCK ROMANICHEN, Prefeito do Município de Cândido de Abreu, para o cargo de Presidente; JOSE ROBERTO FURLAN, Prefeito do Município de Jardim Alegre, para o cargo de Vice-Presidente; REINALDO GROLA, Prefeito do Município de Lunardelli, para o cargo de 1º Vice-Presidente; e CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Tebas, para o cargo de Diretor Financeiro - Tesoureiro, dando vista aos presentes a presidente da comissão eleitoral constando a presença da diretoria executiva eleita nos termos do artigo 45, parágrafo primeiro do estatuto da entidade, convidando o senhor presidente e membros da diretoria a tomarem posse em seus respectivos cargos, desta forma já citado anteriormente ficando assim composta a Diretoria Executiva para o Biênio 2023/2024, tendo como presidente o senhor RENAN MENCK ROMANICHEN, Prefeito do Município de Cândido de Abreu, para o cargo de Presidente; JOSE ROBERTO FURLAN, Prefeito do Município de Jardim Alegre, para o cargo de Vice-Presidente; REINALDO GROLA, Prefeito do Município de Lunardelli, para o cargo de 1º Vice-Presidente; e CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Tebas, para o cargo de Diretor Financeiro - Tesoureiro, ficando os mesmos devidamente empossados. Nos termos do artigo 16 do Estatuto fica nomeada como Diretora Financeira, responsável portanto pelas operações de tesouraria, a senhora RANIELE DA COSTA FURLAN, funcionária efetiva do CIS de Ivaiporã portadora do CPF 069.595.579-92. Foram pelo setor de contabilidade e tesouraria apresentadas as relações de contas e os extratos bancários das contas correntes. E nada mais havendo a discutir, o Presidente deu por encerrada a presente reunião, e, eu TAYNARA THAIS GONÇALVES SOARES, Secretária da Comissão eleitoral lavei a presente ata, que vai por mim assinada contando em anexo a lista de presença dos demais participantes.

RENAN MENCK ROMANICHEN
JOSE ROBERTO FURLAN
REINALDO GROLA
CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
Raniele da Costa Furlan
Taynara Thais Gonçalves Soares
CIS IVAIPORÃ
Rua Professora Diva Proença, 500
Ivaiporã - PR
Fone: (43) 3472-0649 | 3472-1795



TERMO DE POSSE DIRETORIA BIÊNIO 2023/2024

Os membros abaixo discriminados e firmados, eleitos na Sétima Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, realizada em data de 09 de dezembro de 2022, tomam posse da Diretoria Executiva do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 22ª REGIONAL DE SAÚDE DE IVAIPORÃ, pessoa jurídica de direito público com natureza jurídica autárquica, com sede na Rua Professora Diva Proença nº 500, na cidade de Ivaiporã inscrita no CNPJ sob nº 02.586.019/00014-97, para o mandato que compreenderá o biênio 2023/2024 com início do mandato em 01 de janeiro de 2023 e término em data de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente - RENAN MENCK ROMANICHEN, inscrito no CPF 059.071.679-47, portador do RG 8.798.161-4 SSP/PR, com domicílio na Rua Ernesto Ramos, 328, Bairro Basa Velha, CEP 84470-000, na cidade de Cândido de Abreu.
Vice-presidente - JOSE ROBERTO FURLAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 571.498.609-15, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 525, na cidade de Jardim Alegre - PR.
1º Vice-presidente REINALDO GROLA, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F/M.F nº 028.561.449-50, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 961, na cidade de Lunardelli - PR.
Diretor Financeiro - Tesoureiro: CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, portador do CI-RG nº 9.871.566-5, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF nº 400 nº 060.292.329-39, residente e domiciliado na Avenida Belo Horizonte, nº 940, Centro, em Nova Tebas/PR.

E tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes, por todos os presentes e cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura da diretoria empossada, para que surtam os efeitos legais.

Ivaiporã, 02 de janeiro de 2023.
RENAN MENCK ROMANICHEN
Presidente
JOSE ROBERTO FURLAN
Vice-presidente
REINALDO GROLA
1º Vice-presidente
CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
Diretor Financeiro - Tesoureiro
CIS IVAIPORÃ
Rua Professora Diva Proença, 500
Ivaiporã - PR
Fone: (43) 3472-0649 | 3472-1795

TABELONATO DE NOTAS

RENAN MENCK ROMANICHEN
JOSE ROBERTO FURLAN
REINALDO GROLA
CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
TABELONATO DE NOTAS
Município de Ivaiporã/PR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GUARAPUAVA - ESTADO DO PARANÁ
3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS -
ROMERO CEZAR SANTOS LIMA
Agente Delegado Interino
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1811 - FONE FAX: 3035-1828

PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO PARA ESCRITURA DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA DE IMÓVEL RURAL "PRO DIVISO" IMÓVEL NA MATRÍCULA Nº 9616

INTIMAÇÃO POR EDITAL (ART. 213, §§ 3º E 4º DA LEI 6.015/1973)

O Sr. ROMERO CEZAR SANTOS LIMA, Agente Delegado Interino do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava-PR, Serviço Extrajudicial situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811, sala 42/44, Edifício Araucária, Guarapuava-PR, FAZ SABER a empresa VIP S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, requer a anuência de V.Sa. como confrontante do imóvel 9.616, onde o mesmo promove o Georreferenciamento.

Processado nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei dos Registros Públicos (Lei 6015/73). Devido a falta de anuência expressa na planta e no memorial descritivo do proprietário do imóvel confrontante, fica a empresa MANASA MADEIREIRA NACIONAL S/A, através de seus representantes Legais representada legalmente por Marcio Almeida Andrade e Joao Pedro Calixto Andrade do imóvel 4382, NOTIFICADOS PELO PRESENTE EDITAL, do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados nesta Serventia registral, podendo, nos termos do § 2º do artigo do artigo 213, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias, a contar da última publicação deste na imprensa local. O pedido de retificação foi instruído com os documentos enumerados no artigo 213 da Lei dos Registros Públicos, os quais se encontram disponíveis para exame e conhecimento do interessado. Nos termos do §4º do artigo 213 da LRP, a falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência do confrontante ao pedido de retificação de registro.

Portanto, as opções que a lei confere ao NOTIFICADO são:
1) impugnar fundamentadamente;
2) anuir expressamente;
3) deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente.

Esclarece-se finalmente, que eventuais falhas que venham a ser provadas no futuro não impedem novo procedimento retifica tório nem vinculam a pessoa que anuiu no presente trabalho, estando resguardados seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (Artigo 2145º da LRP). Decorrido o prazo legal sem impugnações, poderá ser deferido a retificação pretendida.

Eu, Romero Cezar Santos Lima, Agente Delegado Interino

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GUARAPUAVA - ESTADO DO PARANÁ
3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS -
ROMERO CEZAR SANTOS LIMA
Agente Delegado Interino
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1811 - FONE FAX: 3035-1828

PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO PARA ESCRITURA DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA DE IMÓVEL RURAL "PRO DIVISO" IMÓVEL NA MATRÍCULA Nº 9616

INTIMAÇÃO POR EDITAL (ART. 213, §§ 3º E 4º DA LEI 6.015/1973)

O Sr. ROMERO CEZAR SANTOS LIMA, Agente Delegado Interino do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava-PR, Serviço Extrajudicial situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811, sala 42/44, Edifício Araucária, Guarapuava-PR, FAZ SABER a empresa VIP S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, requer a anuência de V.Sa. como confrontante do imóvel 9.616, onde o mesmo promove o Georreferenciamento.

Processado nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei dos Registros Públicos (Lei 6015/73). Devido a falta de anuência expressa na planta e no memorial descritivo do proprietário do imóvel confrontante, o Sr. ANTONIO SALDANHA, proprietário do imóvel 10.825, NOTIFICADOS PELO PRESENTE EDITAL, do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados nesta Serventia registral, podendo, nos termos do § 2º do artigo do artigo 213, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias, a contar da última publicação deste na imprensa local. O pedido de retificação foi instruído com os documentos enumerados no artigo 213 da Lei dos Registros Públicos, os quais se encontram disponíveis para exame e conhecimento do interessado. Nos termos do §4º do artigo 213 da LRP, a falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência do confrontante ao pedido de retificação de registro.

Portanto, as opções que a lei confere ao NOTIFICADO são:
1) impugnar fundamentadamente;
2) anuir expressamente;
3) deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente.

Esclarece-se finalmente, que eventuais falhas que venham a ser provadas no futuro não impedem novo procedimento retifica tório nem vinculam a pessoa que anuiu no presente trabalho, estando resguardados seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (Artigo 2145º da LRP). Decorrido o prazo legal sem impugnações, poderá ser deferido a retificação pretendida.

Eu, Escrevente Substituta Eliane Maria Machado Santos Stumm



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS ESTADO DO PARANÁ

Av. Belo Horizonte, 885 - Nova Tebas/PR - CEP: 85.250-000
CNPJ nº 80.620.160/0001-43 Fone: (042) 3843-1225
E-mail: camaratebas@gmail.com Site: cmnovatebas.pr.gov.br

PORTARIA Nº 1/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Tebas, Estado do Paraná, Senhor OCALIL VIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora JULIANE DOS SANTOS FRANÇA portadora da Cédula de Identidade nº 6.996.178 SSP - PR e CPF nº 059.755.189-89, no cargo CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Nova Tebas, 2 de janeiro de 2023.
OCALIL VIEIRA
PRESIDENTE



RESOLUÇÃO Nº 01/2023

SÚMULA: "DISPOE SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS E BANCÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 22ª REGIONAL DE SAÚDE DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, RENAN MENCK ROMANICHEN, no uso de suas atribuições legais, edita a seguinte

RESOLUÇÃO:
Art. 1º. Delega poderes, a servidora RANIELE COSTA FURLAN, CPF: 069.595.579-92 para exercer a função de Chefe do Setor de Finanças, nos termos do artigo 16 do Estatuto da entidade, determinar que as movimentações financeiras nas contas bancárias da entidade, sejam realizadas por esta, lhe outorgando os poderes de: Abrir contas de depósito; autorizar cobranças; utilizar o crédito aberto na forma e condições estipuladas; receber passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; autorizar débito em conta relativo a operações; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desloguar senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar transferências, exceto por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro; efetuar transferência para mesma titularidade; encerrar contas de depósito; assinar instrumento de convênio e contratos de prestação de serviços que sejam do interesse da entidade, ficando excluídas as movimentações relativas a cheques.

Art. 2º. A presente autorização de movimentação de contas bancárias serve para qualquer banco e ou agência da qual a entidade possui conta bancária, em sendo que a sua validade se dá até o término do mandato do gestor que se findará em

CIS - IVAIPORÃ
CNPJ: 02.586.019/0001-97
R. Professora Diva Proença, 500 - Ivaiporã/PR
Fone: (43) 3472-0649 | 3472-1795
www.cisivaipora.com.br

31/12/2024, podendo esta ser revogada a qualquer tempo mediante a edição de outra resolução que revogará a presente.

Art. 3º. Todas as operações efetuadas deverão ser devidamente vinculadas ao setor de contabilidade da entidade, e devendo ser respeitada a ordem cronológica da despesa, em sendo que qualquer movimentação que seja efetuada sem vinculação será de inteira responsabilidade do por este termo outorgado.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação, devendo ser respeitado o determinado por esta presidência e integralidade, revogando as demais disposições em contrário.

Edifício do Consórcio Intermunicipal de Saúde da 22ª RS de Ivaiporã, Estado do Paraná, no dia 02 de janeiro de 2023.

RENAN MENCK ROMANICHEN
PRESIDENTE DO CIS

TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS ESTADO DO PARANÁ, PARA O ANUÉNIU DE 2023.

Ao Primeiro dia do mês de Janeiro de 2023, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Nova Tebas, na forma de Lei, compareceram os Vereadores eleitos na Sessão ordinária realizada no dia 05 de Dezembro de 2022, para tomarem Posse dos Cargos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Tebas, para o anuênio de 2023. Presidente: OCALIL VIEIRA; Vice - Presidente: SIDINEI SCHON; 1º Secretário: AYSLAN PORFÍRIO DOS SANTOS; 2º Secretário: HOANDERSON MARTINS BERGER. Lavrou-se o Termo de Posse que vai assinado pelos empossados.

Nova Tebas, 1º Janeiro de 2023.

OCALIL VIEIRA
Presidente
SIDINEI SCHON
Vice - Presidente
Ayslan Porfírio dos Santos
1º Secretário
HOANDERSON MARTINS BERGER
2º Secretário



Supermercado Superpão S.A.

CNPJ nº 77.883.320/0001-61

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020		Passivo	Nota	2021	
		2021 (Reapresentado)	2020			2021 (Reapresentado)	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	46.117	124.278	Fornecedores	18	113.125	100.323
Contas a receber	10	66.652	55.018	Contas a pagar	19	4.517	3.469
Estoque	7	142.165	116.112	Empréstimos e financiamentos	17	8.476	60.682
Impostos a recuperar		1.479	1.669	Passivo de arrendamento		22.670	17.127
Imposto de renda e contribuição social	25	2.055	249	Obrigações sociais e trabalhistas		5.099	5.568
Capital social a integralizar	12	20.010	-	Impostos a recolher		645	1.898
Outros créditos		5.408	9.032	Total do passivo circulante		235.870	189.092
Total do ativo circulante		283.886	306.358	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	19	158.355	219.105
Depósitos judiciais	13	7.990	14.446	Passivo de arrendamento	17	176.708	-
Indenizações a receber	12	93.779	-	Provisões		5.809	14.607
Impostos a recuperar		2.001	2.275	- Lucros a pagar	12	-	2.135
Instrumentos financeiros derivativos	14	7.265	-	Provisões para contingências	20	79.277	-
Outros créditos		8.624	8.096	Imposto de renda e contribuição social	25	14.502	-
Imobilizado	15	197.354	178.298	Total do passivo não circulante		434.651	235.847
Intangível	16	17.440	17.893	Patrimônio líquido			
Ativos de direito de uso	17	171.572	-	Capital social	21	126.886	75.313
Total do ativo não circulante		506.025	221.008	Reserva de lucros		85.724	27.114
Total do ativo		789.911	527.366	Prejuízos acumulados		(93.220)	-
				Total do patrimônio líquido		119.390	102.427
				Total do passivo e patrimônio líquido		789.911	527.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	64.313	-	15.252	275	-	79.840
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.991	26.991
Destinações						
Aumento de capital	11.000	-	-	-	-	11.000
Distribuição de lucros	-	-	(11.453)	-	-	(11.453)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.676)	(3.676)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	23.315	-	(23.315)	-
Realização de reservas	-	-	-	(275)	-	(275)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.313	-	27.114	-	-	102.427
Aumento de capital	21.a	51.573	-	-	-	51.573
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.260	9.260
Destinações						
Reserva legal	21.b	-	463	-	(463)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.042)	(2.042)
Constituição de reserva de retenção de lucros	21.d	-	-	6.755	-	6.755
Distribuição de lucros	21.c	-	-	(42.387)	-	(42.387)
Ajustes de anos anteriores:						
Empréstimos e financiamentos	6	-	-	-	(9.014)	(9.014)
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	-	9.676	9.676
Provisão para contingências	6	-	-	-	(68.155)	(68.155)
Imposto de renda e contribuição social	6	-	-	-	(13.897)	(13.897)
Ativo de direito de uso	6	-	-	-	153.455	153.455
Passivo de arrendamento	6	-	-	-	(165.285)	(165.285)
Outras transações acionistas:						
Indenizações a receber	12	-	93.779	-	-	93.779
Saldo em 31 de dezembro de 2021		126.886	463	85.261	(93.220)	119.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Supermercado Superpão S/A ("Companhia" e/ou "Superpão"), com sede na Rua Guaiara, 5555 - Guarapuava-PR, tem por objeto social o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercado. Além desta atividade principal e predominante, a Companhia explora também o comércio atacadista, tendo realizado a atividade de lotérica até meados de 2021. Todas estas atividades encontram-se devidamente elencadas em seu contrato social. A Companhia conta com 40 unidades, sendo 31 lojas que exploram a atividade de supermercados, uma unidade operando nas vendas de atacado (especifica de produtos hortifrutigranjeiros), duas unidades operando nas vendas diretas (venda de mercadorias em geral), duas centrais de compras e distribuição às lojas do grupo de produtos hortifrutigranjeiros (uma em Curitiba ou outra em Guarapuava), três centrais de distribuição para abastecimento de todas as lojas e uma central onde se concentra toda a parte Administrativa, Financeira e Comercial da Companhia. As unidades mencionadas anteriormente estão localizadas nas seguintes cidades: Guarapuava/PR, Ponta Grossa/PR, Francisco Beltrão/PR, Coronel Vivida/PR, Pitanga/PR, Ivaiporã/PR, Pinhão/PR, Quedas do Iguaçu/PR, São Mateus do Sul/PR, Palmas/PR, Pato Branco/PR, Guaraniáçu/PR, União da Vitória/PR, Prudentópolis/PR, Porto União/SC, e Caçador/SC, no atacado e no varejo.

2. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09 de maio de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras serão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, exceto os itens mensurados a valor justo quando indicado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 17 - Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de compra.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **c. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, o que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação baseadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

6. Retificação de erros de exercícios anteriores: Reclasseificações efetuadas nos saldos correspondentes de 2020: Durante o exercício de 2021, a Companhia efetuou algumas reclasseificações contábeis adotadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado de 2020, que não estavam adequadas às normas contábeis, e também efetuou algumas classificações para melhor apresentação de suas demonstrações financeiras, como segue:

(i) Balanço patrimonial	Impacto da retificação de erros	
	Anteriormente apresentado	Ajustes (Não Reapresentado auditado) (Não auditado)
Exercício findo em 31/12/2020	527.366	527.366
Total de ativos Circulante	308.634	(2.276)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(i) 60.100	(60.100)
Outros ativos	(i) 8.143	(8.143)
Contas a receber	(i) -	55.018
Impostos a recuperar	(i) -	1.669
Imposto de renda e contribuição social	(i) -	249
Outros créditos	(i) -	9.032
Outros		(1)
Outros	240.391	240.390
Total de ativos Não circulante	218.732	2.276
Títulos precatórios	(ii) 7.047	(7.047)
Recebíveis de partes relacionadas	(ii) 975	(975)
Outros ativos	(ii) 74	(74)
Impostos a recuperar	(ii) -	2.275
Outros créditos	(ii) -	8.096
Outros	(ii) 210.636	210.637
Total de passivos	424.939	424.939

(ii) Balanço patrimonial	Impacto da retificação de erros	
	Anteriormente apresentado	Ajustes (Não Reapresentado auditado) (Não auditado)
Exercício findo em 31/12/2020	189.092	189.092
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	(iii) 100.323	(100.323)
Fornecedores	(iii) -	100.323
Outras obrigações	(iii) 3.494	(3.494)
Outras contas a pagar	(iii) -	3.469
Passivos de arrendamento	(iii) -	25
Obrigações tributárias	(iv) 7.466	(7.466)
Impostos a recolher	(iv) -	5.568
Imposto de renda e contribuição social	(iv) -	1.898
Outros	77.809	77.809
Total do resultado abrangente	235.847	235.847
Obrigações tributárias	(iii) 14.607	(14.607)
Provisões	(iii) -	14.607
Outros	221.240	221.240
Total do patrimônio líquido	102.427	102.427

(iii) Demonstração do resultado e do resultado abrangente	Impacto da retificação de erros	
	Anteriormente apresentado	Ajustes (Não Reapresentado auditado) (Não auditado)
Exercício findo em 31/12/2020	9.181	9.181
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	(viii) 13.162	(2.605)
Depreciação do arrendamento mercantil	(viii) -	4.157
Amortizações	(viii) 1.552	(1.552)
Imposto de renda e contribuição social	(viii) -	12.686
Juros sobre empréstimos	(viii) 17.475	(17.475)
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	(viii) -	17.475
Custo residual de baixa de ativo imobilizado	(viii) 3.687	(3.687)
Baixa do ativo imobilizado	(viii) -	3.687
Impostos a recuperar	(viii) (1.425)	712
Outros Créditos	(viii) 7.494	713
Impostos a recolher	(viii) -	(1.622)
Juros pagos sobre empréstimos	(viii) (12.384)	12.384
Impostos pagos sobre o lucro	(viii) -	(12.490)
Juros pagos no financiamento e passivo de arrendamento	(viii) -	(12.384)
Outros	(viii) (20.380)	1
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(50.863)	(50.863)
Aquisição de intangível	(viii) (8.618)	8.618
Aquisição de imobilizado	(viii) (42.245)	42.245
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(viii) -	(50.863)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento	115.843	115.843
Lucros distribuídos e pagos no período	(viii) (453)	(3.676)
Juros sobre capital próprio pago	(viii) (3.676)	3.676
Liquidação de empréstimos	(viii) (80.768)	80.768
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	(viii) -	(80.768)
Captação de empréstimos e financiamentos	200.740	200.740
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	74.161	74.161

i. Reclasseificação efetuada na rubrica de contas a receber e outros ativos, já que estava sendo apresentado o saldo de contas a receber agregado com saldo de adiantamento a funcionários e impostos a recuperar, demonstrando novas rubricas de impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social e reclassificando parte do saldo para rubrica de outros créditos. ii. Reclasseificação efetuada no saldo de Precatórios, Recebíveis de partes relacionadas e outros ativos para Outros créditos. Além disso a classificação de ICMS a recuperar de circulante para não circulante. iii. Renomeadas as rubricas de Fornecedores e outras contas a pagar e abertura da rubrica de Passivo de arrendamento. iv. Abertura da rubrica Obrigações Tributárias em Impostos a recolher e imposto de renda e Contribuição social. v. Reclasseificação das receitas de acordos com fornecedores de Outras receitas para Custo das mercadorias vendidas. vi. Reclasseificação de despesas comerciais anteriormente apresentado em despesas gerais e administrativas em função da sua respectiva função na Companhia. vii. Reclasseificadas despesas financeiras correspondentes a juros de empréstimos bancários, anteriormente classificada em outras receitas operacionais líquidas. viii. Reclasseificações realizadas no fluxo de caixa são reflexo das movimentações nas contas patrimoniais demonstradas no quadro (i) acima, para o alinhamento das políticas contábeis do Grupo. **Correção de erros de exercícios anteriores efetuadas no exercício corrente:** Além das reclasseificações acima, a Companhia corrigiu alguns erros de reconhecimento e mensuração de anos anteriores, relacionados a arrendamento mercantil, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e provisão para contingências diretamente na mutação do patrimônio líquido do exercício de 2021, sem efetuar a reapresentação desses saldos de acordo com o CPC

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	2021		2020
	2021 (Reapresentado)	2020	
Receita líquida de vendas	22	1.213.021	1.104.751
Custo das mercadorias	23	(889.539)	(819.629)
Lucro bruto	23	323.482	285.122
Despesas com vendas	23	(224.345)	(175.333)
Despesas gerais e administrativas	23	(40.288)	(41.664)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(3.266)	(13.244)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		55.583	54.881
Receitas financeiras	24	9.739	5.044
Despesas financeiras	24	(47.472)	(20.248)
Resultado financeiro líquido	24	(37.733)	(15.204)
Resultado antes dos impostos		17.850	39.677
Imposto de renda e contribuição social	25	(8.590)	(12.686)
Lucro líquido do exercício		9.260	26.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	2021		2020
	2021 (Reapresentado)	2020	
Lucro líquido do exercício		9.260	26.991
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total		9.260	26.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	2021		2020
	2021 (Reapresentado)	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		9.260	26.991
Lucro líquido do exercício		9.260	26.991
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		20.541	10.557
Depreciação do arrendamento mercantil		20.594	4.157
Imposto de renda e contribuição social		8.590	12.686
Juros apropriados do passivo arrendamento		16.392	-
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos		27.954	17.475
Resultado na venda de ativo imobilizado		576	3.687
Perdas com derivativos		2.410	-
Provisões para contingências		11.122	-
Realização da reserva de reavaliação		-	(275)
		117.439	75.278

Variações em:

Contas a receber	(11.634)	(11.959)
Estoque	(26.053)	(6.776)
Impostos a recuperar	(1.343)	(713)
Depósitos judiciais	6.456	-
Outros créditos	3.096	8.207

continuação dos a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e a contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua aplicação, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas com base em estimativas históricas e avaliadas quanto a sua adequação. **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subseqüentes:** Custos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados e demais imobilizados são depreciados pelo método linear durante as vidas estimadas dispostas nesta nota explicativa. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 5 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Instalações: 10 anos; • Veículos: 5 anos; • Benefetórias em imóveis de terceiros: 15 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A vida útil de benefetórias é conforme prazo do contrato de aluguel, o qual é em média de 15 anos. **Ativos Intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subseqüentes:** Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é gerada e reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Software: 5 anos; • Marcas e patentes: 10 anos; • Ponto de comércio: 10 anos; Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Baixa:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os valores a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo. Para um item não mensurado ao valor justo, são considerados os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subseqüente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas, suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não são qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Mensuração subseqüente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de Juros Efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos

ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a. Redução ao valor recuperável e perdas de crédito esperadas: Instrumentos financeiros:** A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • E pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. **b. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisões para contingências:** Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da companhia, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada. **c. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos Juros Efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **d. Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Superpõ utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **8. Normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos dessa norma. **Outras normas:** A Companhia está avaliando os possíveis efeitos dessa nova norma para as demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2021 (Reapresentado)	2020
Caixa	8.658	7.651
Aplicações financeiras	37.459	116.627
	46.117	124.278

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo altamente líquidos, prontamente convertíveis em uma quantia conhecida de caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **a. Caixa:** O caixa da Companhia engloba os saldos em caixa, os recursos depositados em contas-correntes de livre movimentação e os numerários em trânsito. **b. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras constituem, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e outras aplicações de renda fixa, além de fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do CDI (entre 100% e 102% em 2020).

10. Contas a receber

	2021 (Reapresentado)	2020
Cartões de crédito a receber	54.630	45.210
Contas a receber diversos	12.022	9.807
	66.652	55.017

O saldo de contas a receber está representado, basicamente, pelo valor a receber das administradoras de cartões de créditos e débitos. O remanescente da carteira é formado principalmente por verbas comerciais a receber de fornecedores e outras vendas à prazo. A Companhia adota uma política de liberação de crédito para os clientes conveniados, o que praticamente zera a inadimplência do contas a receber de revenda das mercadorias nos supermercados. Abaixo segue *aging list* do contas a receber:

	2021	2020
A vencer	63.433	63.433
Vencidos até 30 dias	2.257	2.257
Vencidos de 31 a 90 dias	484	484
Vencidos de 91 a 180 dias	222	222
Vencidos de 181 a 360 dias	152	152
Vencidos acima de 361 dias	104	104
	66.652	66.652

A Companhia não possui provisão para perdas, pois seus clientes são substancialmente instituições de cartão de crédito e a Administração não identificou aumento do risco de crédito e nem necessidade de provisão para perda.

11. Estoques

	2021	2020
Mercadorias para revenda	139.808	114.896
Outros estoques	2.357	1.216
	142.165	116.112

Na medida em que são apuradas eventuais perdas no estoque, seu registro é realizado por meio da baixa dos correspondentes itens de estoque para o resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu não haver necessidade de constituição de qualquer provisão desta natureza.

12. Partes relacionadas: (f) Contas patrimoniais - Ativo e passivo

	Impacto nas contas patrimoniais	
	2021 (Reapresentado)	2020
Capital a integralizar	(a) 20.010	-
Outros créditos - mútuo	(b) 2.000	-
Total no ativo circulante	22.010	-
Indenizações a receber	(c) 93.779	-
Receíveis de partes relacionadas	(d) -	975
Total no ativo não circulante	93.779	-
Lucros a pagar	(e) -	2.135
Total no passivo não circulante	-	2.135

(a) O saldo de partes relacionadas corresponde ao capital a integralizar de acordo com o termo de fechamento da aquisição da Companhia no valor de R\$ 20.010 que será pago em 2022. (b) A conta de mútuo corresponde a contrato firmado entre a Superpõ e o Supermercado Germânia em 22 de dezembro de 2021. Restou acordado que a mutuante Superpõ entregaria ao mutuário Supermercado Germânia a quantia de R\$ 2 milhões, cabendo sua devolução em até quarenta dias após a assinatura deste. Em caso de atraso no pagamento, caberá correção monetária pelo IPCA, bem como juros de mora de 1% ao mês, contados da data de assinatura do contrato até a data de devolução. (c) Refere-se a indenizações que a Companhia irá receber dos seus acionistas (reembolso), devido a contingências e despesas incorridas pela Companhia, que tiveram seu fato gerador nos períodos anteriores a aquisição da Companhia pelo Supermercado Germânia Ltda., de acordo com o contrato de compra e venda firmado entre as partes. Portanto, a Administração registrou um ativo indenizável a receber dos seus acionistas, e por se tratar de transações entre acionistas, o registro foi em contrapartida do patrimônio líquido. (d) Refere-se a valores a receber da Administradora Varejante Hyczy Ltda. referente a venda de ativo imobilizado. (e) Refere-se a juros sobre o capital próprio a pagar. **Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou remuneração total aos seus administradores no montante de R\$ 3.892 mil (R\$ 2.655 mil em 2020). Nesse montante estão incluídas as compensações dos administradores da Companhia. A Companhia também disponibiliza aos administradores, plano de assistência médica.

13. Depósitos judiciais

	2021	2020
FIS/COFINS exclusão base ICMS	82	8.218
PAP/SAT	(a) 4.338	4.258
Outros depósitos	(b) 3.570	1.970
	7.990	14.446

A Companhia está contestando judicial e administrativamente o pagamento de certos impostos e contribuições, além de obrigações trabalhistas e cíveis. Nesses casos, os depósitos são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. **a. FAP/SAT:** Refere-se a depósitos judiciais feitos a época do PAES (parcelamento federal) e que serão compensados da conta do REFIS federal. Parte destes valores estão reconhecidos como direito da Companhia. Entretanto, não foi feita a baixa contábil, pois a Companhia ainda discute uma diferença de correção destes valores. Desta forma, encontram-se registrados os depósitos judiciais, bem como o saldo do REFIS. **b. Outros depósitos judiciais:** As contabilizações vislumbradas nas contas de outros depósitos judiciais correspondem a Recurso Voluntário interposto perante a Receita Federal do Brasil, bem como ações trabalhistas e cíveis.

14. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui um contrato de empréstimo em moeda estrangeira (Euro) firmado com a instituição financeira Itaú BBA e, em contrapartida como instrumento de proteção cambial, possui com a mesma instituição contrato para proteção da exposição cambial - "SWAP". Abaixo a posição dos contratos de "SWAP":

Banco	Modalidade	Ativo		Passivo	
		2021	2020	2021	2020
Itaú BBA	Swap	7.265	-	-	-

15. Imobilizado

a. Composição	Taxas anuais médias de depreciação		Depreciação acumulada	Transfêrencia	
	2021	2020		2021	2020
Edificações	4%	864	(430)	434	461
Móveis e utensílios	10%	47.473	(18.108)	29.365	22.984
Máquinas e equipamentos	10%	33.621	(12.221)	21.400	18.557
Equipamentos de informática	20%	15.637	(8.817)	6.820	6.141
Equipamentos de refrigeração	10%	32.295	(10.641)	21.654	17.302
Equipamentos de panificação	10%	7.443	(3.152)	4.291	4.559
Outros equipamentos	10%	6.455	(3.308)	3.147	3.152
Instalações elétricas	10%	517	(461)	56	58
Comunicação visual	10%	1.344	(303)	1.041	618
Veículos	20%	11.370	(7.754)	3.616	3.928
Benefetórias em imóveis de terceiros	4%	115.257	(11.198)	104.059	96.372
Imobilizado em andamento	0%	1.471	-	1.471	1.166
		273.747	(76.393)	197.354	178.298

A Companhia não identificou indicativos que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

b. Movimentação	2020		Depreciação	Transfêrencia	2021
	Adição	2020			
Edificações	461	6	(33)	-	434
Móveis e utensílios	22.984	9.974	(3.343)	(452)	202
Máquinas e equipamentos	18.557	5.795	(2.534)	(318)	(100)
Equipamentos de informática	6.141	1.829	(811)	(622)	283
Equipamentos de refrigeração	17.302	7.835	(2.568)	(915)	-
Equipamentos de panificação	4.559	298	(676)	(80)	190
Outros equipamentos	3.152	612	(590)	(27)	-
Instalações elétricas	58	8	(10)	-	56
Comunicação visual	618	510	(87)	-	1.041
Veículos	3.928	982	(997)	(537)	240
Benefetórias em imóveis de terceiros	96.372	11.463	(3.776)	-	-
Imobilizado em andamento	4.166	(1.780)	-	(915)	1.471
	178.298	37.532	(15.425)	(2.951)	(100)

c. Benefetórias em imóveis de terceiros: Foram realizadas reformas em diversos prédios de terceiros, localizados nas cidades de União da Vitória/PR, Francisco Beltrão/PR, Guarapuava/PR e Pitanga/PR, as quais foram registradas no ativo imobilizado e serão amortizadas pelo prazo dos contratos de arrendamento. **d. Garantias:** Os ativos adquiridos por meio de empréstimos e financiamentos possuem a alienação do próprio bem dado em garantia no valor de R\$ 189.492.

16. Intangível

a. Composição	Taxas anuais médias de amortização		Amortização acumulada	2021	
	2021	2020		2021	2020
Pontos comerciais	10%	24.934	(7.931)	17.003	17.739
Softwares	20%	1.258	(976)		

continuação	2020	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	2021
b. Movimentação						
Pontos comerciais (i)	17.379	2.008	(2.384)	-	-	17.003
Softwares	374	44	(129)	(7)	-	282
Marcas e patentes	140	15	-	-	-	155
	17.893	2.067	(2.513)	(7)	-	17.440

(i) Representa o direito de operar as lojas, que se referem a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

17. Arrendamento mercantil: A Companhia registra os arrendamentos como ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. A Companhia arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possuem cláusula de opção de renovação do após período de vigência. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A taxa de desconto utilizada para cálculo dos contratos de arrendamento definida pela Administração foi de 9,16%. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que entejam sob seu controle.

a. Ativo de direito de uso (imóveis)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 -
 Correção da mensuração dos contratos (a) 153.455
 Novos contratos 38.711
 Depreciação (20.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 **171.572**

b. Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2020 **25**
 Correção da mensuração dos contratos (a) 165.285
 Novos contratos 35.020
 Juros apropriados 16.392
 Pagamento do principal (15.146)
 Pagamento de juros (16.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 **185.184**

Circulante **8.476**
Não circulante **176.708**

(a) A Companhia efetuou a correção do cálculo dos contratos de arrendamento de exercícios anteriores. O ajuste foi integralmente registrado na mutação do patrimônio líquido de 2021 conforme nota explicativa nº 6. A seguir apresentamos os montantes a pagar de arrendamento de longo prazo por ano de vencimento:

	2021
Ano	
2023	24.124
2024	24.015
Acima de 2025	128.569
	176.708

18. Fornecedores	2020	2021
	(Re classificado)	
Fornecedores de mercadoria para revenda	99.857	86.942
Fornecedores de ativo imobilizado	9.606	9.910
Outras contas a pagar	3.662	3.471
	113.125	100.323

19. Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Moeda	final Indexador	Taxa	2021	2020
Capital de giro	BRL	2030	Pré-fixada	2,53% a CDI + 16,98% IPCA + a.a.	190.512	230.028
Leasing a pagar	BRL	2026	Pré-fixada	8,99% a 16,98% a.a.	17.601	17.141
FINAME a pagar	BRL	2023	Pré-fixada	2,53% a 4,07% a.a. 7,19% a 16,63% a.a.	782	1.494
CDC a pagar	BRL	2026	Pré-fixada	a.a.	30.798	31.124
					239.693	279.787
Circulante					81.338	60.682
Não circulante					158.355	219.105
					239.693	279.787

a. Cláusulas contratuais restritivas (covenants): A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos que apresentam cláusulas contratuais restritivas (covenants), estabelecendo que, anualmente, sejam cumpridos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis anuais, sendo, para 3 contratos a razão entre dívida líquida e o EBTIDA deverá ser inferior 2,4 vezes em 31 de dezembro de 2021, 2,2 vezes em 31 de dezembro de 2022, 2,0 vezes em 31 de dezembro de 2023, 1,8 vezes em 31 de dezembro de 2024 e, para dois contratos: deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes até a liquidação de todas as obrigações nesses contratos. Cláusulas contratuais restritivas de natureza não financeira também estão previstas nos contratos de financiamento. A Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento destas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários. Entretanto em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não atendeu aos índices financeiros previstos nos contratos, obtendo o waiver apenas em data subsequente ao balanço. **b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	2021	2020
Saldo inicial	279.787	154.724
Captação	7.736	200.740
Provisão de juros	39.378	17.475
Pagamento de principal	(63.456)	(80.768)
Pagamento de juros	(23.752)	(12.384)
Saldo final	239.693	279.787

20. Provisões para contingências: A Companhia é parte em processos tributários, trabalhistas e civis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto judicial. Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão tributária (a)	41.283	-
Provisão trabalhista (b)	37.994	-
	79.277	-

(a) O principal processo tributário refere-se a auto de infração do Estado do Paraná pelo suposto crédito indevido de ICMS, cuja perda era provável em anos anteriores. (b) As principais provisões estão relacionadas ao pagamento de encargos previdenciários incidentes sobre a remuneração de diretores e empregados, cuja perda era provável em anos anteriores.

Movimentação da provisão para processos judiciais

	2021
Saldo inicial provisões	
Ajustes de anos anteriores (a)	68.155
Atualização monetária	2.938
Constituição de provisão	11.126
Outros	(2.942)
Saldo final provisões	79.277

(a) Refere-se a provisão para contingências de processos cuja perda era provável anteriormente a 2021, e que não haviam sido provisionados - a Administração optou por corrigir esse efeito integralmente nas demonstrações financeiras de 2021, como divulgado na nota explicativa nº 6.

21. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 126.886 (R\$ 75.313 em 2020), dividido em quotas com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas conforme abaixo disposto:

	2021	Capital social	Participação	Capital social
Supermercado Germânia Ltda.	51,00%	64.712	0,00%	-
S.P.O. Brasil Holding S/A	49,00%	62.174	0,00%	-
Getúlio Valente Hyczy	0,00%	-	33,08%	24.911
Luiz Mauricio Kurshaidt Hyczy	0,00%	-	18,47%	13.909
Daniel Valente Hyczy	0,00%	-	18,47%	13.909
João Ricardo Kurshaidt Hyczy	0,00%	-	17,87%	13.461
Claudia Kurshaidt Hyczy	0,00%	-	12,11%	9.122
Total	100%	126.886	100%	75.313

Em 13 de setembro de 2021, os quotistas Getúlio V., Hyczy, João Ricardo K. Hyczy, Luiz Mauricio K. Hyczy, Daniel V. Hyczy e Claudia K. Hyczy transferiram 49% de suas quotas para SPO Brasil Holding S/A, mediante integralização de capital. Em 14 de setembro de 2021, os mesmos quotistas pessoas físicas alienaram as quotas remanescentes em seu poder, equivalentes a 51% de participação ao Supermercado Germânia Ltda. Assim, por meio desta operação, o Supermercado Germânia Ltda. passou a ser detentor de 51% das quotas da Companhia, passando a ser sua controladora direta. Conforme nota expli-

cativa nº 12 - Partes Relacionadas, o saldo de capital a integralizar será integralizado em 2022. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal era de R\$ 463 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina uma distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro do exercício. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	
Distribuição de lucros	40.823	
Lucros distribuídos convertido em aumento de capital	1.563	
Lucro líquido distribuído	42.387	
Esses valores pagos aos acionistas da Companhia por distribuição de lucros estão apresentados como:		
Deliberado	Dividendos	
1- Primeira parcela - Fev.21	01/02/2021	25.550
2- Segunda parcela - Ago.21	05/08/2021	1.750
3- Terceira parcela - Set.21	13/09/2021	13.001
4- Terceira parcela - Set.21	14/09/2021	522
		40.823

Valores pagos em 2021
 1- Primeira parcela - Fev.21
 2- Segunda parcela - Ago.21
 3- Terceira parcela - Set.21
 4- Terceira parcela - Set.21

Base líquida paga aos acionistas
 (1) Em Janeiro de 2021, em Ata de Reunião dos Sócios, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.550, pagos no mês de Fevereiro de 2021. (2) Em Agosto de 2021 a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos proporcional no montante de R\$ 1.750, pago em 05 de Agosto de 2021. (3) Em Setembro de 2021 a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos proporcional no montante de R\$ 13.001, pago em 13 de Setembro de 2021. (4) Em Setembro de 2021 a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos proporcional no montante de R\$ 522, pago em 14 de Setembro de 2021. Os valores pagos aos acionistas da Companhia por distribuição de lucros convertido aumento de capital estão apresentados como:

	Deliberado	Dividendos
1-Primeira parcela - Ago.21	01/08/2021	1.563
Aumento de Capital		1.563

d. Reserva de retenção de lucros: Constituição de reserva: Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados. As destinações são aprovadas pelos acionistas em Assembleia própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras. **Indenização a receber:** Refere-se a indenização a receber em função do reembolso das provisões para contingências originadas em períodos anteriores a aquisição que serão reembolsadas pelos acionistas.

22. Receita líquida de vendas

	2021	2020
Receita com venda de mercadorias	1.212.662	1.104.320
Receita com serviços	359	431
Total da receita líquida de vendas	1.213.021	1.104.751

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas e respectivas deduções:

	2021	2020
Receita bruta venda	1.308.778	1.190.682
(-) Impostos sobre venda	(93.839)	(83.902)
(-) Vendas canceladas	(1.918)	(2.029)
Total da receita líquida de vendas	1.213.021	1.104.751

23. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Compras de mercadorias	(889.539)	(819.629)
Despesas com pessoal	(138.334)	(120.671)
Despesas com alugueis	(32.733)	(28.208)
Despesas com água, luz e telefone	(18.928)	(15.355)
Despesas com manutenção	(24.192)	(21.050)
Despesas com marketing	(7.472)	(3.557)
Taxa administradora de cartão	(9.887)	(8.323)
Material de uso e consumo	(10.577)	(10.494)
Despesas com embalagens	(7.182)	(4.969)
Despesas com auditorias e consultorias	(2.053)	(3.073)
Despesas com viagens	(1.548)	(1.297)
Despesas com contingências	(11.726)	-
Outras receitas (despesas) líquidas	(3.266)	(13.244)
Total	(1.157.438)	(1.049.869)

24. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receita de juros	41	81
Descontos recebidos	748	649
Receita de aplicação financeira	2.794	1.421
Juros sobre impostos a recup.	4.783	2.144
Receita de antecipação de recebíveis	1.160	596
Outras receitas financeiras	212	153
Receitas financeiras	9.739	5.044
Despesas de juros	(44.511)	(19.256)
Descontos concedidos	(167)	(238)
Outras despesas financeiras	(2.794)	(744)
Despesas financeiras	(47.472)	(20.248)
Resultado financeiro líquido	(37.733)	(15.204)

25. Imposto de renda e contribuição social
a. Saldos de ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Ativo circulante	2.055	249
Passivo circulante	645	1.898

b. Incertezas sobre o tratamento do imposto de renda e contribuição social: A Companhia constituiu provisão para imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 14.502 (R\$ 0 em 2020) decorrente de incerteza de certas despesas consideradas dedutíveis em exercícios anteriores. A incerteza do imposto refere-se a interpretação de como a autoridade fiscal interpretará tais despesas.

c. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2021	2020
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	8.590	12.686

25.1 Conciliação da Alíquota Efetiva

	%	2021	%	2020
Resultado		20.987		26.991
Imposto utilizando alíquota vigente	34%	11.330	34%	13.051
Incentivos fiscais	2%	317	1%	355
Arrendamento mercantil	35%	7.419	28%	7.615
Despesas indedutíveis	52%	10.933	24%	6.395
	31%	7.500	22%	6.854

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

27. Avaliação de ativos e passivos financeiros

	Provável	Valor	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%	Desvalorização de 25%	Desvalorização de 50%
CDI	12,7%	19.888	13,5%	21.227	11,8%	18.549
CDI + Swap	13,4%	129.697	14,3%	138.315	11,8%	121.080
CDI + Capital Giro	12,6%	129.697	13,4%	138.315	11,8%	121.080
IFCA	18,2%	16.310	20,2%	18.128	16,1%	14.491
TJLP	11,0%	13.455	12,5%	15.198	9,6%	11.712

(d) Risco de mercado - exposição cambial: Para análise de risco de mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a posição passiva indexada em moeda estrangeira e possíveis efeitos em seu resultado. A tabela a seguir apresenta cenários que consideraram a apreciação/depreciação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos projetada para a data base 31 de dezembro de 2021, em 25% e 50%:

Taxas do Dólar em 31 de dezembro de 2021

	US\$/R\$
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	6,98
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	8,37
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	4,19
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	2,79

(e) Gestão de Capital: A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos

Eduardo Sanchez Manzano - Diretor Financeiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

das mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações, os quais não foram cumpridos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e a Companhia não obteve o waiver das instituições financeiras dentro do exercício social, condição que permite aos credores declararem o vencimento antecipado das obrigações registradas no balanço patrimonial, no montante de R\$ 78.157 mil, dos quais R\$ 52.377 mil estão classificados no passivo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 52.377 mil, e o passivo não circulante a maior nesse mesmo montante em 31 de dezembro de 2021. 2. Conforme nota explicativa 25 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre as diferenças temporárias conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a menor no montante de R\$ 38.984 mil, e o resultado do exercício

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Companhia. **a. Classificação de instrumentos financeiros e valores justos:** Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo. A Companhia divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros idênticos aos valores contábeis uma vez que entende que estes estão razoavelmente próximos de seus valores justos, exceto para os empréstimos e financiamentos. **b. Instrumentos financeiros por categoria:** Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	2021	2020
Valor contábil	Valor justo	
Ativo		
Valor justo por meio de resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	7.265	7.265
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	46.117	46.117
Contas a receber de clientes (nota 10)	66.652	66.652
Capital social a integralizar (nota 12)	20.010	20.010
Indenizações a receber (nota 12)	93.779	93.779
Outros créditos	14.032	14.032

Passivos
Custo amortizado
 Empréstimos e financiamentos (nota 19) 239.694 239.694
 Passivo de arrendamento (nota 17) 185.184 185.184
 Fornecedores (nota 18) 113.125 113.125
 Contas a pagar 4.517 4.517

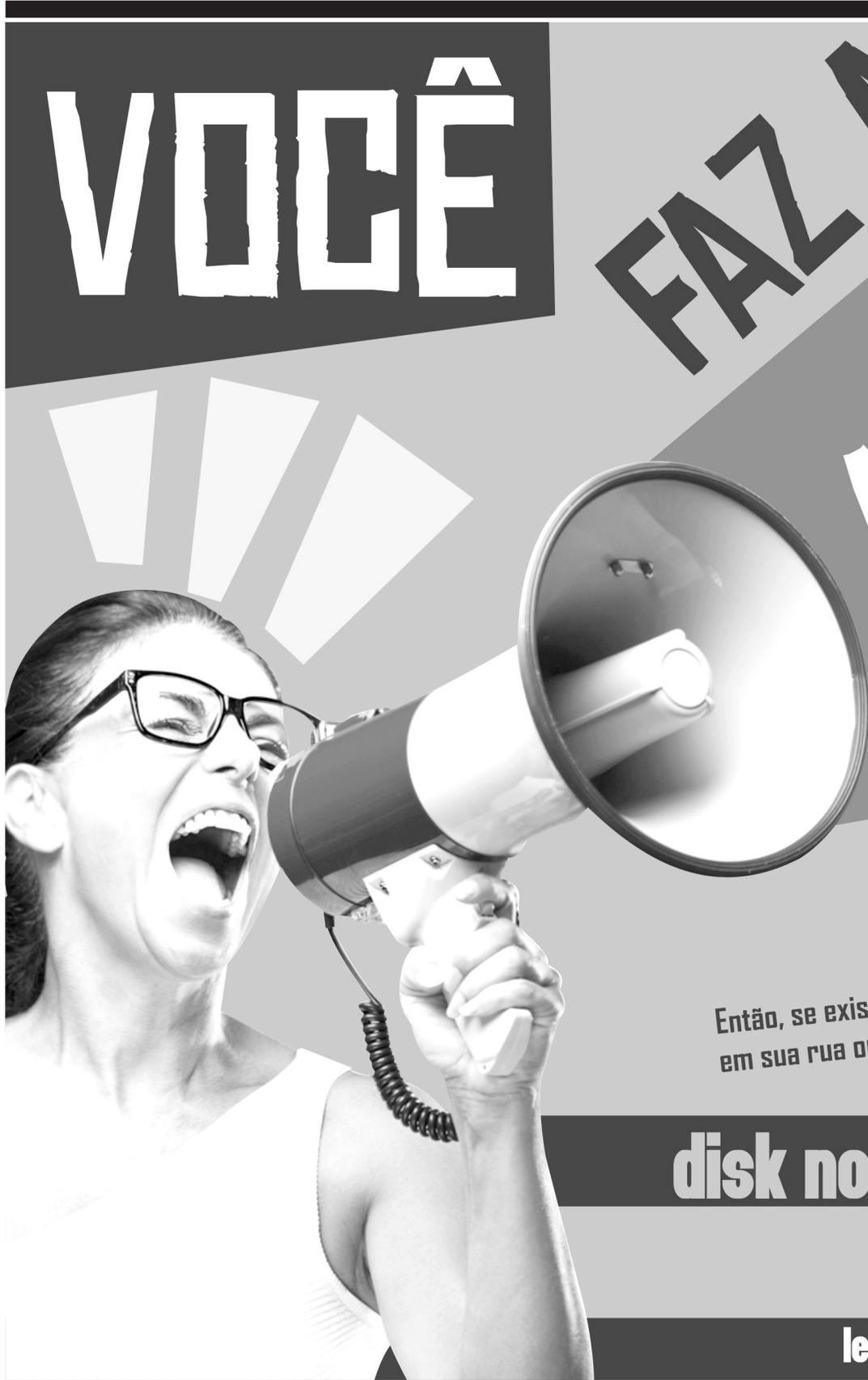
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Os contratos de empréstimos e financiamentos são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem características a indexação pela DI + taxas pré-fixadas. A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2 e não foram identificadas mudanças na classificação entre nível de valor justo. **c. Gestão de risco financeiro:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito - veja (a); • Risco de liquidez - veja (b); • Risco de mercado - veja (c); • Risco de mercado - exposição cambial (d); e • Gestão de capital - veja nota (e). **d. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, bem como as características dos instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua diretamente na gestão operacional da Companhia. A opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os

continuação demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes relativos aos saldos iniciais do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, em 1º de janeiro de 2021 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram retificados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Exercício anterior auditado por outros auditores:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparado originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa nº 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com opinião com ressalvas em 24 de agosto de 2021, em decorrência de limitação relacionada a revisão da vida útil e dos valores residuais do ativo imobilizado, ativo de direito de uso e passivo de arrendamento não registrados e a inadimplência com os índices financeiros das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, esses valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as reclassificações efetuadas nos valores correspondentes, bem como sobre as informações referentes ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado, em 1º de janeiro de 2021 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020), portanto,

não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 11 de maio de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-027612/F
Thiago Rodrigues de Oliveira - Contador CRC 1SP259468/O-7



VOCÊ FAZ A NOTÍCIA

O Correio do Cidadão é todinho seu! E nossa missão é torná-lo o seu canal de comunicação com o Guarapuava e região. Nossas páginas serão o espelho da nossa cidade, e nada mais justo que você se veja e se reconheça aqui.

Então, se existe alguma notícia, denúncia ou história interessante em sua rua ou em seu bairro, nos avise!

disk notícia **42 3304 3218**
E-mail: redacao@correiodocidadao.com

leia | assine | anuncie **Correio do Cidadão**